



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

EDUCAÇÃO PARENTAL INSERIDA NO CONTEXTO DE AÇÕES PÚBLICAS PARA UMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA BIOECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Giorgia Fabiana Vieira dos Santos, Maria Angela Mattar Yunes (orient.),
Unilasalle

Resumo

A presente pesquisa, realizada em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, tem como principal objetivo descrever, refletir e analisar a replicação da versão abreviada do Programa de educação e apoio parental intitulado “Crescer felizes em família”, um programa de metodologia experiencial, com vistas à promoção de resiliência familiar e parental, preservação familiar e parentalidade positiva. As características das pessoas participantes e o contexto de aplicação são igualmente descritos, refletidos e analisados. O contexto de aplicação do programa foi o espaço/tempo comumente utilizado por uma equipe do programa Primeira Infância Melhor (PIM), para as atividades coletivas semanais realizadas com as famílias cadastradas. As análises dos dados coletados consideram o inter-relacionamento das dimensões Processo, Pessoa, Contexto, Tempo (PPCT), modelo proposto na Bioecologia do Desenvolvimento Humano.

Palavras-chave: educação parental, metodologia experiencial

Área Temática: PPG em Educação

1. Introdução

A leitura que segue é um convite à reflexão sobre família, sua participação na vida em comunidade, seus laços e desenlaces relativos às suas maneiras de exercer e usufruir a parentalidade e à função regulatória e protetiva do Estado neste exercício. O tema família está presente nos currículos escolares, nos discursos políticos, nas diferentes expressões artísticas e no cerne da maioria das civilizações. O que muda neste tema nos diferentes tempos e espaços vividos ao longo da história é a difusa fronteira entre o que é da alçada da família e o que é da competência da sociedade, estado, escola no que tange ao cuidado e educação infantil (KONZEN et al, 2000). Isso tudo hoje reverbera em muitos discursos sobre “inversão de valores”, “falta de limites e educação das crianças e jovens contemporâneos/as”, resultando em dilemas para diferentes campos, principalmente o docente (WAGNER, 2011; SARAIVA & WAGNER, 2013; FARIA FILHO, 2000). Para além destas discussões, pouco se fala sobre a carência de acesso, efetividade e eficiência das redes de apoio para que as famílias possam exercer a parentalidade de acordo com o preconizado em lei. No ordenamento jurídico brasileiro, a família é a base do Estado, salvaguarda dos direitos da criança e ao mesmo tempo responsável por ela perante o Estado no exercício da parentalidade até a maioridade dos/as filhos/as ou na incapacidade destes/as, salvo casos expressos na legislação. Já o Estado tem a função de proteger e amparar a criança em suas necessidades básicas, como prioridade absoluta, bem como proteger à família, reconhecida como principal suporte da criança (KONZEN et al, 2000). Entretanto, é perceptível que, em geral, os serviços públicos básicos não estão devidamente organizados e aparelhados para dar a base e a sustentação necessária para este importante e fundamental segmento social. Partindo das premissas de Urie Bronfenbrenner (1974, 1979/1996), e de sua defesa de que as políticas públicas demandam atenção da comunidade acadêmico-científica como forma de conferir



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

aos estudos científicos “vitalidade e legitimidade” (BRONFENBRENNER, 1974), o recorte feito no presente estudo consistiu em replicar o programa “Crescer Felizes em Família”, com o objetivo principal de descrever, refletir e analisar o contexto, as características pessoais dos/as participantes e a replicação da versão abreviada de um programa de educação e apoio parental (GARCIA, YUNES, ALMEIDA & RODRIGO, 2010) realizado em um contexto de atendimento às famílias do programa Primeira Infância Melhor (PIM), com vistas à promoção de resiliência familiar e parental, preservação familiar e parentalidade positiva. Os seguintes objetivos específicos também foram considerados:

- Descrever, analisar e refletir diferentes manifestações e interações pessoais e coletivas feitas durante as sessões ou outros eventos ocorridos no período de aplicação do programa “Crescer Felizes em Família”, relacionados às práticas e discursos profissionais e familiares estabelecidos neste locus de pesquisa, bem como a eficácia do modelo experiencial nas intervenções realizadas;

- Identificar elementos estruturantes dos sistemas de crenças, valores e organização familiar presentes no cotidiano das famílias pesquisadas, buscando uma compreensão profunda da realidade vivida.

2. Marco Teórico

O estudo apresentado traz em sua trama teórica a bioecologia do desenvolvimento humano, de Urie Bronfenbrenner (BRONFENBRENNER, 1974, 1979/1996; BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998), como principal sustentação conceitual, aqui também descrita por seus seguidores no Brasil (MARTINS & SZYMANSKI, 2004; YUNES & JULIANO, 2010; YUNES, 2013). Esta teoria foi escolhida a exemplo de outros estudos que abordam a relação família/parentalidade/educação sob uma perspectiva sistêmica (MONDIN, 2006; AMORIM, VITÓRIA E ROSSETTI-FERREIRA, 2000; HADDAD, 1997; YUNES & JULIANO, 2010; YUNES, 2013; GARCIA, 2012; GARCIA, YUNES, ALMEIDA & RODRIGO, 2010; RODRIGO et al, 2015; entre outros), tendo como foco o desenvolvimento em contexto, considerando a família e políticas públicas educativas como importantes contextos de desenvolvimento. A Bioecologia do Desenvolvimento Humano, “é apresentada a partir das reflexões sobre a importância das características das pessoas e os mecanismos dos processos proximais primários como motores do desenvolvimento psicológico” (YUNES & JULIANO, 2010, p. 348), conformando o modelo Pessoa- Processo- Contexto- Tempo (PPCT). Estes são os quatro aspectos que se inter-relacionam em múltiplas direções (MARTINS & SZYMANSKI, 2004) e nos quais os processos proximais experimentados podem ser determinantes para a vida e desenvolvimento humano. O modelo PPCT bioecológico se propõe a compreender relacionalmente as dimensões e propriedades tanto da pessoa quanto dos contextos dos quais ela/ele participa (YUNES & JULIANO, 2010), e só faz sentido se tomarmos o indivíduo como ser em constante mudança que se re(constrói) nas interações que estabelece com outras pessoas, símbolos e contextos. Este movimento processual é contínuo, e é nele que Bronfenbrenner dá substância aos conceitos de pessoa-em-contexto e desenvolvimento humano – em - contexto. Para Bronfenbrenner (1979/ 1996) a família representa importante contexto de desenvolvimento humano, pois é ambiente propício para que as pessoas realizem interações significativas entre si, com símbolos inscritos em seu cotidiano e com outros ambientes ecológicos. A definição de família ao longo dos tempos está atrelada às suas diferentes funções - políticas, econômicas, sociais, biológicas, e nas formas como estas instâncias interagem e se constituem em determinada cultura e contexto. Na atualidade, o conceito de família passa a superar o modelo tradicional nuclear e se pauta mais na relação estabelecida entre seus membros do que na derivação genética. A parentalidade, conceito constituído na esteira da construção do conceito de família, é apresentada no presente estudo como o que diz respeito ao papel dos pais ou responsáveis na educação e cuidado das crianças e adolescentes (GARCIA, 2012). Há intensa cobrança social para que pais e mães cumpram integralmente suas funções de cuidadores/as e educadores/as, de modo a “entregar” à sociedade um sujeito adulto ajustado e produtivo, mas não se pode falar em parentalidade plena quando não há plenas condições de exercê-la, e não se



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

pode pensar na criação de um filho como tarefa linear e exata. Se é necessária a fiscalização e intervenção do Estado e sociedade no exercício familiar da parentalidade, para garantir proteção integral à criança e adolescente, é imperativo compreender que as condições desse exercício dependem de uma complexa teia de processos que englobam desde as experiências vividas com os próprios pais e seus filhos, as conformações culturais em todos os níveis sistêmicos nos quais se está inserido, o acesso e manutenção das condições apropriadas para o desenvolvimento humano integral. A educação parental é iniciativa rara no Brasil, assim como é escassa a oferta de material para pesquisa nesta área. Em alguns lugares do mundo, como Estados Unidos e Europa, já existe uma série de experiências voltadas para a orientação aos pais no exercício de uma melhor parentalidade com programas e ações de educação parental (GARCIA, 2012), conformando uma produção científica que é referência mundial, principalmente as pesquisas realizadas pela Doutora Maria Jose Rodrigo, da Universidade La Laguna, na Espanha. Nos Estados Unidos, Rudolf Dreikurs criou centros de aconselhamento a pais e mães em Chicago, no ano de 1939, sustentado no modelo adleriano para educação parental. Este modelo teórico apresenta entre seus princípios “a compreensão da criança; a igualdade e respeito mútuo nas relações pais-filhos; o encorajamento e uso das consequências naturais e lógicas como substituto da recompensa e da punição; a comunicação eficaz” (RIBEIRO, 2003, p. 39). Desde então e a partir da década de 1960 os programas de educação parental se disseminaram nos Estados Unidos. Na Europa, dois países com destaque nas ações voltadas para uma parentalidade positiva são Portugal e Espanha. Portugal apresentou como marco das políticas públicas de apoio à família o programa “Ser criança”, em 1996, e possui legislação que contempla a educação parental como estratégia de proteção e promoção de bem-estar infantil e adolescente, oferecendo vasto e variado serviço de atendimento às famílias, principalmente nos centros de apoio familiar e aconselhamento parental (GARCIA, 2012; MELO & ALARCÃO, 2009). Um estudo feito de 2007 a 2010 (ABREU-LIMA, ALARCÃO, ALMEIDA, BRANDÃO, CRUZ, GASPAS & RIBEIRO DOS SANTOS, 2010) avaliou 68 intervenções de educação parental portuguesa, o que confere uma ideia da dimensão desta estratégia no país português. Entre os resultados obtidos, estão maior conscientização dos pais sobre suas práticas educativas e necessidade de mudar alguns comportamentos; maior percepção das necessidades infantis; menor uso do castigo físico; maior autoconfiança e diminuição do estresse derivado da condição parental; maior percepção da criança como sujeito, e satisfação por ser reconhecido/a como pessoa (ABREU-LIMA, ALARCÃO, ALMEIDA, BRANDÃO, CRUZ, GASPAS & RIBEIRO DOS SANTOS, 2010). A Espanha também conta com sólida proposta de programas de educação parental, e assim como o Brasil, refere em sua constituição federal a obrigatoriedade da criação de mecanismos de amparo à criança, adolescente e família (GARCIA, 2012). Para atender o disposto em sua constituição, o país espanhol possui equipes que realizam intervenções vinculadas ao Programa de Prevenção e Proteção de Menores, subordinadas à Direção Geral de Proteção do Menor e da Família (RODRÍGUEZ, CAMACHO, RODRIGO, MARTÍN & MÁIQUEZ, 2006). Um importante estudo desenvolvido sobre os enfoques positivos de intervenções para a preservação familiar (RODRIGO, MÁIQUEZ, MARTÍN & BYRNE, 2008; GARCIA, 2012), em solo espanhol, ofereceu o aporte teórico para a implementação do programa *Crece felices en familia: Um programa de apoio psicoeducativo para promover el desarrollo infantil* (Rodrigo, Máiquez, Martín & Byrne, 2008). O programa tinha por objetivo principal promover, através dos processos desencadeados pela metodologia experiencial a resiliência familiar e comunitária para aquelas famílias que possuíam risco iminente de intervenção severa do Estado, como o abrigo, buscando a preservação familiar (GARCIA, 2012). Outro programa de educação parental orientado por metodologia experiencial, na Espanha, é o “Programa de Apoyo Personal y Familiar” (MARTÍN, MÁIQUEZ, RODRIGO, BYME, RODRÍGUEZ & RODRÍGUEZ, 2009), que tem por objetivos principais auxiliar pais e mães a retomar ou reforçar seu papel como educadores/as; proporcionar oportunidades para que os participantes descubram recursos pessoais e sociais necessários para enfrentar situações adversas no nível parental ou social, assim como promover a integração social como fator de proteção (MARTÍN, MÁIQUEZ, RODRIGO, BYME, RODRÍGUEZ & RODRÍGUEZ, 2009). O programa tem a duração de 31 encontros, realizados semanalmente, e os resultados apontam para mudanças significativas nas ideias sobre desenvolvimento e educação de crianças, na



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

percepção das consequências de seus atos e práticas educativas, maior sensação controle emocional e auto eficácia relatada pelos/as participantes (MARTÍN, MÁIZQUEZ, RODRIGO, BYME, RODRÍGUEZ & RODRÍGUEZ, 2009). O Brasil, apresenta ações em educação parental vinculadas principalmente a pesquisas acadêmicas ou políticas públicas locais, onde já despontam algumas experiências exitosas (CAMPOS *et al.*, 2014; LEÃO, 2010; COSTA & SÉRGIO, 2010; RUEDIGER *et al.*, 2014). Estas ações são diferentes na proposta metodológica, nos pressupostos utilizados, e estão adaptadas às idiossincrasias socioculturais das localidades onde estão implementadas. Uma experiência inédita e exitosa em solo brasileiro foi a aplicação do programa “Crescer felizes em família”, em versão adaptada e resumida (GARCIA, YUNES, ALMEIDA & RODRIGO, 2010; GARCIA & YUNES, 2015; GARCIA, YUNES & ALMEIDA, 2016), cujos resultados apontaram para a necessidade de adaptação da estrutura e funcionamento do referido programa ao contexto de aplicação, principalmente nos aspectos de melhor divulgação, acesso e permanência, nível de alfabetização do público atendido; necessidade de maior articulação com a rede de proteção; relatos dos/as participantes de que compreendem melhor seus/as filhos/as; fortalecimento; alterações positivas nas práticas parentais; satisfação pela participação no programa, necessidade de ampliação do tempo das sessões (GARCIA, 2012; GARCIA, YUNES & ALMEIDA, 2016). Este programa foi aplicado com sucesso na Espanha e Portugal, e a ideia de aplica-lo na realidade brasileira, primeiramente no município de Rio Grande, estado do rio Grande do Sul e agora na região metropolitana de Porto Alegre e algumas cidades paulistas, surgiu com as possibilidades metodológicas que ele apresenta, principalmente porque sua dinâmica é *experiential* e visa a *preservação familiar* e a *resiliência familiar e parental*. A *metodologia experiential* oferece a oportunidade das famílias participantes reconstruírem seus conhecimentos e concepções sobre as relações travadas no microssistema familiar, e dificilmente suscita culpa, antes pelo contrário, coloca o participante em posição ativa, onde pode confrontar suas ideias com os demais e refletir sobre suas próprias práticas, vislumbrando diferentes possibilidades de escolha para se orientar na lida com os filhos e filhas, com base na experiência e autoconsciência (MARTÍN, 2005; MARTÍN, MÁIZQUEZ, RODRIGO, BYME, RODRÍGUEZ & RODRÍGUEZ, 2009). Este modelo coaduna com os pressupostos freirianos de educação popular (FREIRE, 1974), uma vez que parte da realidade vivida pelas famílias para as discussões travadas, sem a imposição do conhecimento técnico pelo mediador do programa, mas no diálogo com o senso comum e na partilha de reflexões e saberes, onde “os pais têm como tarefa principal: identificar, refletir e analisar suas próprias ideias, sentimentos e ações nos episódios da vida cotidiana (...), a partir do que já fazem, de suas práticas educativas e não do que deveriam fazer” (MARTÍN, MÁIZQUEZ, RODRIGO, BYME, RODRÍGUEZ & RODRÍGUEZ, 2009, p. 127).

3. Metodologia

Para encetar este estudo e melhor compreender o *desenvolvimento-em-contexto* apresentado por Bronfenbrenner (1979/1996), a abordagem metodológica empregada é a “*Inserção Ecológica*” proposta por CECCONELLO & KOLLER (2003); PRATI, COUTO, POLETTI & KOLLER (2008), onde o pesquisador se insere no ambiente que pretende estudar. As famílias que aderiram ao programa receberam dois questionários a serem respondidos antes do início dos encontros: o Questionário das Ideias dos Pais Acerca do Desenvolvimento e da Educação (TRIANA & RODRIGO, 1989, tradução e adaptação portuguesa de ALMEIDA, 2011), e o questionário de Sentido de Competência Parental (JOHNSTON & MASH, 1989; tradução e adaptação portuguesa de SEABRA-SANTOS & PIMENTEL, 2007). Estes questionários estão estruturados no intuito de desvelar as principais concepções dos participantes sobre desenvolvimento infantil e exercício da parentalidade, antes de sua participação no programa aplicado, onde os pais respondem em que medida concordam com as questões colocadas, havendo respostas em escalonamento, de discordância total até concordância total (Anexos 1 e 2). Os questionários foram aplicados em pequenos grupos, no dia da sessão introdutória e da primeira sessão modular, para um total de 18 mães. A maioria das mães solicitou esclarecimentos sobre as questões, sobre a forma de preencher e sobre o conteúdo, e apresentou dificuldades na compreensão das respostas por



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

escalonamento. Algumas mães dispensaram auxílio, mas destas, algumas não responderam a contento às questões, marcando mais de uma resposta quando havia apenas uma opção ou colocando respostas contraditórias. Estas famílias foram convidadas a participar da presente pesquisa durante um de seus encontros semanais regulares, onde foram esclarecidos os objetivos e metodologia do projeto a ser aplicado. Ao todo se inscreveram 23 mulheres, das quais 3 desistiram de participar na sessão introdutória e outras 2 na primeira sessão modular, perfazendo um total de 18 participantes que preencheram os instrumentos de pré-teste, todos levados em consideração para analisar os dados da etapa da pesquisa em que foram preenchidos. Todas inscritas que preencheram os questionários iniciais se declararam ser mães. Nenhuma declarou ter chegado ao Ensino Superior. A média de filhos por família é de 3,6; a menor prole verificada foi de 1 filho, enquanto a maior foi de 11 filhos. As menores proles pertencem às mulheres mais jovens. Há uma leve predominância de membros masculinos entre os/as filhos/as, onde 34 são deste sexo e 31 do sexo feminino. Nenhuma das participantes era deficiente nem possuía filho/a com deficiência. Em geral, os/as adultos/as não moram com as mães. Metade das famílias é constituída por filhos/as gerados/as a partir de mais de um relacionamento. Uma das participantes tem todos os 7 filhos/as adultos/as, mas inscreveu-se porque queria auxiliar seus/as filhos/as na criação dos/as netos/as, permanecendo frequente até a metade do programa e depois o abandonando. Outra participante tem 1 filho adulto e 2 adolescentes, e se inscreveu porque costuma participar de grupos de luta na promoção dos direitos da mulher e ficou interessada com o teor da divulgação do programa, participando das 4 primeiras sessões e se despedindo em função de compromissos pessoais. Metade das famílias participantes é monoparental, possuindo somente a mãe, a outra metade é composta por mãe e pai ou padrasto. Apenas dez mães preencheram os questionários pós-teste, sendo este grupo a referência para analisar os resultados pós-teste em termos de efeitos do programa identificados pelas participantes. O grupo é composto pelas mães com maior prole e de maior idade, tendo apenas 1 mãe jovem e com 1 filho. Das 22 crianças menores de 6 anos, apenas 2 frequentavam escola de Educação Infantil. As mães que participaram de pelo menos metade do programa *Crescer Felizes em Família* responderam a um questionário pós-teste (ALMEIDA et al., 2008), que é composto de questões abertas e fechadas para identificar o grau de satisfação, impacto nas relações familiares e exercício da parentalidade, bem como sugestões de melhorias para a aplicação deste tipo de programa. Nesta etapa, os questionários foram aplicados no grande grupo, com 10 mães presentes. Como nos questionários pré-teste, as mães tiveram dificuldades de preenchimento, mas pode-se perceber que as mães com maior frequência responderam com maior independência, solicitando menor auxílio. Os diferentes momentos de interação com os/as participantes foram apontados em bloco de notas e posteriormente registrados no Diário de Campo, ao longo de 111 páginas onde são descritos os contextos de aplicação de cada instrumento, falas significativas, impressões gerais e reflexões relativas aos processos desencadeados, contendo a essência das sessões aplicadas. A análise dos dados coletados é feita através da *Grounded Theory*, ou Teoria Fundamentada nos Dados (STRAUSS & CORBIN, 1990). Nesta abordagem, o pesquisador não parte de uma hipótese inicial, mas vai encontrando nas expressões dos participantes e em suas próprias percepções e registros, as categorias de análise a serem exploradas, uma vez que elas emergem à medida que se extrai as propriedades e dimensões do material coletado e as codifica por categorias (codificações aberta e axial) que se agrupam e reagrupam até chegar às categorias finais (codificação seletiva). Este tipo de tratamento de dados demanda que se esgotem todas as possibilidades de análise e possibilita ao pesquisador mobilidade, ainda que possua rigor científico em seus pressupostos. As diferentes codificações realizadas, que podem ou não se interligar, identificadas no exame minucioso dos dados coletados e dimensionados à exaustão, são tramadas de forma que ao final da pesquisa seja possível construir uma teoria (YUNES & SZYMANSKI, 2005).

4. Considerações Finais



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

O exercício da parentalidade é experiência singular, que se constrói nas situações cotidianas, na transgeracionalidade de conhecimentos e práticas, na influência das políticas públicas e valores vigentes em dada sociedade (GARCIA, 2012). Não existe roteiro infalível para a criação de um filho. Como forma de dar suporte à tarefa familiar de cuidado e educação infantil, surgiu a Educação Parental. Há que se fazer diferenciação do termo “educação parental” e “educação de famílias”. No primeiro, há uma programação específica com vistas a orientar a família sobre a parentalidade responsável, enquanto no segundo a tarefa é espontânea, ocorrendo nas inter-relações dos membros da família, da influência midiática e cultural, nas inserções nas redes de apoio social (GARCIA, 2012). A Educação Parental consiste em um dos domínios da Pedagogia Social, que assim como a Educação Popular surge como demanda dos contextos educacionais atuais (GADOTTI, 2012). Dentro de determinado sistema ecológico, o *ethos* parental se constrói sobre paradigmas sociais locais, sedimentados nos processos de desenvolvimento individuais em contínua interação com diferentes pessoas e diferentes contextos vividos ao longo dos tempos e de geração para geração. A possibilidade de pessoas que desempenham papéis similares discutirem sobre o exercício destes papéis fomenta o questionamento dos paradigmas sociais vigentes. A emergência de uma pessoa da comunidade como referência para as demais sugere a exploração deste potencial como fator desencadeante para constituir novos modelos de exercício parental, utilizando o protagonismo local como possível fator de proteção comunitária. Os resultados desta pesquisa permitiram identificar alguns elementos estruturantes do *ethos* parental na comunidade pesquisada. Entre eles, a monoparentalidade tácita, assumida pela mulher, em geral, e outras formas de protagonismo feminino, embora a cultura seja permeada por concepções ainda machistas, fazendo com que, às vezes, as mães tenham que optar entre colocar sua conjugalidade ou sua criança como prioridade. Conforme expressado, os pais e mães sentem a pressão social e do estado na observância do cumprimento das obrigações que lhes competem, julgam severa a intervenção do estado em atribuições que concebem como particulares, questionam as alternativas ao castigo para dar conta da educação dos filhos, se ressentem de não acessar os bens sociais a que tem direito, nem mesmo na medida de sua necessidade. O *Ethos* Parental se caracteriza aqui como o conjunto de práticas individuais e/ou coletivas validadas a partir do sistema de regras, crenças e valores compartilhados na educação e cuidados parentais, em determinado contexto, em certo período. A ecologia do *Ethos* Parental vai (re) constituindo-se na cotidianidade, impregnado dos aspectos individuais em articulação com os aspectos micro, meso, exo e macrossistêmicos, perspectivas particulares e culturais, locais e gerais, conformando as relações estabelecidas em seu âmago (BRONFENBRENNER, 1979/1996). A relação feita entre *Ethos* Parental e Exercício da Cidadania advém da reflexão sobre o papel do Estado na parentalidade, nas relações meso/exossistêmicas que as famílias apresentam com a legislação, com instituições e agentes públicos e com a vida em comunidade, bem como a forma com que se exerce a cidadania parental. Quando as famílias não são contempladas com políticas públicas consistentes para lhes auxiliar ou mesmo garantir o exercício de suas responsabilidades, como prática de cidadania, nem podem contar com o apoio constante da sociedade, guiada por interesses liberais, o estado e a sociedade se colocam como polos tão fragilizados dentro das interlocuções sistêmicas quanto estas famílias (KLEIN, 2010). Assim estabelecem-se frágeis processos, desenvolvidos em períodos demasiado curtos, para pessoas demasiado vulneráveis. O que não pode ser considerado promotor de desenvolvimento torna-se disruptor. Desta forma, o exercício da cidadania parental não é devidamente praticado e maiores são as chances do *ethos* parental se constituir por práticas e concepções inadequadas do ponto-de-vista da bioecologia do desenvolvimento humano, pois maior êxito obterá o processo conforme sua regularidade, longevidade e complexidade (BRONFENBRENNER, 1979/1996; YUNES, 2013; JULIANO & YUNES, 2014). O Sistema de Crenças e Práticas Parentais constatado nesta pesquisa apresenta a mulher como responsável pela educação e cuidado dos filhos nas questões operacionais (KLEIN, 2010), impondo-lhe uma carga que lhe é pesada na medida em que não consegue dar conta das atribuições que assume e lhe são conferidas. Nem sempre a mulher se dá conta disto e encara como natural esta compreensão sobre as coisas, justificando como consegue suas limitações e buscando o suporte a que tem acesso para o amparo de suas dificuldades, quando não se paralisa diante das situações que encara. As pistas indicativas sobre o sistema de crenças



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

e práticas parentais apontam seus elementos estruturantes e a compreensão profunda da realidade pesquisada. Entre as possíveis concepções a se analisar neste estudo, destaca-se as que dizem respeito à criança, educação, família, por tratar de temas essenciais à compreensão de como a parentalidade se estabelece em relação às expectativas legais e sociais. A percepção da criança como ser frágil e dependente remonta da concepção romântica que se tinha sobre esta faixa etária na época do renascimento, e perdura até os dias de hoje (NUNES, CORSINO & DIDONET, 2011), podendo ser identificada no grupo pesquisado como a predominante. Houve também quem avaliasse a criança como ardilosa, capaz de manipular a outrem em benefício próprio, perspectiva aproximada à concepção do menor infrator (KONZEN et al., 2000). Ainda que estas opiniões sejam divergentes, em outro ponto as mães foram completamente convergentes. Para elas, as crianças representam uma força que lhes move e sustenta, demonstrando a molaridade que os processos proximais relativos ao exercício da maternidade podem representar como recurso bioecológico para a mãe em sua busca de ser-mais e na tentativa de proporcionar este ser-mais – “pelos/as filhos/as tenta-se fazer o impossível”. Porém, se a demanda da criança é percebida e oralizada como prioritária, é percebido também como é custoso às mães que possuem disposições disruptivas importantes e recursos bioecológicos passivos em áreas estratégicas para a parentalidade contemplarem a amplitude desta demanda. Neste caso, resta às mães optarem por quais demandas conseguem atender dentro de suas possibilidades, e esta escolha é por demais complexa. Não cabe julgamento, mas a compreensão desta situação, inclusive para definir como traçar intervenções positivas nesta realidade (GARCIA, 2012; YUNES, 2013;). Tendo em vista os comentários feitos, conclui-se que as crianças são percebidas como prioridade para as mães, e o *status* dessa prioridade está atrelado ao *status* que se dá a outras instâncias, como a conjugalidade. Essa dimensão, por exemplo, é algo não expressamente referido pelas participantes, mas percebido como fundamento subjacente. Pautadas em um sistema de pesos e medidas, as escolhas cotidianas trazem consequências para estas famílias, e podem acabar autorizando a perpetuação de ideias e práticas “nefastas” ou inadequadas ao desenvolvimento. Sob a percepção bioecológica, pensar a criança como prioridade requer que as pessoas por ela responsáveis possuam recursos bioecológicos para atender-lhe, estabelecendo processos proximais que promoverão disposições geradoras, e não disruptivas de desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1979/1996; BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998). Neste ponto, a metodologia experiencial demonstrou-se como eficaz para aparelhar as mães nas escolhas cotidianas que precisam fazer no exercício da parentalidade, pois os conhecimentos produzidos ampliam a consciência (FREIRE, 1974) em relação às opções disponíveis, oferecendo a possibilidade de opções saudáveis e adequadas, como também pode ser verificado em outros programas baseados nesta metodologia (GARCIA, 2012; YUNES, 2013). Para que a criança tenha sua prioridade consolidada, a prática parental necessita passar da verbalização para a prática, como as políticas de proteção devem sair do papel para a efetividade.

Referências

- AMORIM, Katia de Souza; VITORIA, Telma; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. *Rede de significações: perspectiva para análise da inserção de bebês na creche*. Cad. Pesqui, São Paulo, n. 109, p. 115-144, Mar. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742000000100006>.
- BARUDY, Jorge & DANTAGNAN, Maryorie. *Los buenos tratos a la infancia. Personalidad, apego y resiliencia*. Editorial Gedisa. Barcelona, 2005.
- BRANCHER, Leoberto Narciso. Organização e gestão do Sistema de Garantia de Direitos da Infância e da Juventude. In: KONZEN, Afonso Armando (Org.) et al. *Pela Justiça na Educação*. Brasília: MEC/FUNDESCOLA, 2000.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

BRONFENBRENNER, Urie. Developmental research, public policy, and the ecology of childhood, *Child Development*, 1974. v. 45, p. 1-5.

_____, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____, Urie, & MORRIS, Pamela. (1998). The ecology of developmental processes. In: W. Damon (Ed.), *Handbook of child psychology*, Vol.1 (pp. 993-1027). New York, NY: John Wiley & Sons, 1998.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER, Sílvia Helena. *Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco*. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 515-524, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722003000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Dec. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722003000300010>.

CONSELHO DA EUROPA. Comitê de Ministros dos Estados Membros. *Recomendação Rec 19*, 2006. Disponível em: <<http://www.coe.int/t/dg3/youthfamily>>. Acesso em dezembro 2015.
FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. *São Paulo Perspec*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 44-50, Junho 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200007>.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Escondido à vista de todos: uma análise da violência contra crianças*. Nova Iorque: UNICEF, 2014. Sumário Executivo em Português

GADOTTI, Moacir. *Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4, 2012, São Paulo. Procedimentos online. Associação Brasileira de Educadores Sociais, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092012000200013&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 24 maio. 2015.

GARCIA, Narjara Mendes. *Educação Parental: Estratégias de Intervenção Protetiva e as Interfaces com a Educação Ambiental*. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande, 2012.

_____, Narjara Mendes; YUNES, Maria Angela Mattar. *Educação familiar como proposta de investigação e intervenção em educação ambiental*. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental, [S.l.], p. 105-120, nov. 2015. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/4714>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa (Coord.). *Redes de proteção social* 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. Coleção Abrigos em Movimento.

HADDAD, Lenira. *A ecologia do atendimento infantil: construindo um modelo de sistema unificado de cuidado e educação*. Tese de Doutorado não publicada. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1997.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

JULIANO, Maria Cristina Carvalho. *Rede Família: uma tecnologia social promotora de resiliência Familiar e Comunitária*. Rio Grande: Pluscom, 2014.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. *Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência*. *Ambient. soc.*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 135-154, Set. 2014. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Dec. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>.

KLEIN, Carin. *Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma "infância melhor"*. Tese de doutorado, Educação, UFRGS, 2010.

KONZEN, Afonso Armando (Org.) *et al. Pela Justiça na Educação*. Brasília: MEC/FUNDESCOLA, 2000

KONZEN, Afonso Armando (2000). Conselho Tutelar, escola e família - parcerias em defesa do direito à educação. In: KONZEN, Afonso Armando (Org.) *et al. Pela Justiça na Educação*. Brasília: MEC/FUNDESCOLA. p. 160-190.

MARTÍN, J. C. *Evaluación del programa de apoyo personal y familiar para familias en situación de riesgo psicossocial*. Tese de doutorado não publicada. Universidad de La Laguna, Tenerife, Espanha, 2005.

MARTÍN, J. C.; MÁIQUEZ, M. L.; RODRIGO, M. J.; BYRNE, S.; RODRIGUEZ, B. R., & RODRÍGUEZ, G. (2009). Programas de educación parental. *Intervención Psicosocial*, 2009. 18 (2), 121-133.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 set. 2015.

MELO, A. T. de & ALARCÃO, M. Centros de apoio familiar e aconselhamento parental: proposta de um modelo global de organização. *Psicologia & Sociedade*, 21, (1), 2009. p. 55-64.

MONDIN, Elza Maria Canhetti. *Contexto e comportamento: definindo as interações na família e na pré-escola*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

MOTA, Tércio de Sousa; ROCHA, Rafeale Ferreira; MOTA, Gabriela Brasileiro Campos. *Família – Considerações gerais e historicidade no âmbito jurídico*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 84, jan 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8845>. Acesso em dez 2015.

PETRACCO, Milene Mabilde; PIZZINATO, Adolfo. Família. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini (et al). *Medida socioeducativa: entre A & Z*. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014.

PRATI, Laíssa Eschiletti; COUTO, Maria Clara P. de Paula, MOURA, Andreína; POLETTI, Michele; KOLLER, Sílvia H. *Revisando a Inserção Ecológica: Uma Proposta de Sistematização*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 21, n. 1, p. 160-169, 2008.

RODRIGO, Maria Jose; MÁIQUEZ, Maria Luisa; MARTÍN, Juan Carlos; BYRNE, Sonia, & RODRÍGUEZ, Beatriz. *Manual práctico en parentalidad positiva*. Madrid: Síntesis, 2015.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

_____, Maria Jose, MÁIQUEZ, Maria Luisa, MARTÍN, Juan Carlos, & BYRNE, Sonia. *Preservación Familiar: un enfoque positivo para la intervención con familias*. Ediciones Pirámide: Madrid, 2008.

_____, Maria José; MÁIQUEZ, Maria Luísa & MARTÍN, Juan Carlos. *Parentalidad positiva y políticas locales de apoyo a las familias*. Gráfica Nitral: Arroyo Bueno, 2010.

RODRÍGUEZ, Guacimara; CAMACHO, Joaquim; RODRIGO, Maria Jose; MARTÍN, Juan Carlos, & MÁIQUEZ, Maria Luisa. Evaluación del riesgo psicosocial em famílias usuárias de servicios sociales municipales. *Psicothema*, 2006.18, (2), 200-206.

SARAIVA, Lisiane Alvim; WAGNER, Adriana. A Relação Família-Escola sob a ótica de Professores e Pais de crianças que frequentam o Ensino Fundamental. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 81, p. 739-772, dez. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362013000400006>.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WAGNER, Adriana (Org.). *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

WALSH, Froma. Family resilience: Framework for clinical practice. In: *Family Process*, v.42, n.1, p.1-18, 2003.

YUNES, Maria Angela Mattar. *A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

_____, Maria Angela Mattar. Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. In: *Psicologia em Estudo*, v.8, p.75-84, 2003.

_____, Maria Ângela Mattar. *Prefácio*. In: JULIANO, Maria Cristina Carvalho. *Rede Família: uma tecnologia social promotora de resiliência Familiar e Comunitária*. Rio Grande: Pluscom, 2014. p. 7-15

_____, Maria Angela Mattar. Resiliência familiar e parentalidade positiva: a aplicação do modelo experiencial em Programas de Educação Parental. Projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico. Edital Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Chamada 43/2013, 2013.

_____, Maria Angela Mattar; JULIANO, Maria Cristina. *A Bioecologia do Desenvolvimento Humano e suas Interfaces com Educação Ambiental*. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 37, p. 347-379 2010. p. 347-367. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1591/1477>>. Acesso em 24 maio 2015.